

O Partido do Socialismo com a cara do Brasil



**Partido Comunista do Brasil
1922 - 2012**

**90 anos em defesa da democracia,
da soberania nacional,
dos direitos dos trabalhadores e
do socialismo**

Publicação da Bancada do PCdoB
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
Deputado Raul Carrion - Líder da Bancada



Estado do Rio Grande do Sul
Assembleia Legislativa



Expediente

PCdoB 90 anos

Textos e pesquisa histórica:

Deputado Raul Carrion

raul.carrion@al.rs.gov.br

Jornalista responsável:

Isabela Soares - Mtb 82642

Projeto gráfico e editoração gráfica:

Beto Rivera

Impressão:

CORAG

Coordenador da Bancada:

Roberto Sum

roberto.sum@al.rs.gov.br

Chefe de Gabinete:

Beto Rivera

paulo.rivera@al.rs.gov.br

Fones:

(51) 3210.2168

(51) 3210.2965

Fax:

(51) 3210-2163

www.raulcarrion.com.br



A meu Partido

**E este habitante transformado
que se construiu no combate,
este organismo valoroso,
esta implacável tentativa,
este metal inalterável,
esta unidade de dores,
esta fortaleza do homem,
este caminho para o amanhã,
esta cordilheira infinita,
esta germinal primavera,
este armamento dos pobres,
saiu daqueles sofrimentos,
do mais profundo da Pátria,
do mais duro e mais golpeado,
do mais alto e mais eterno
e se chamou Partido
Partido Comunista.**

Pablo Neruda

Aos 90 anos o PCdoB é um partido cada vez mais jovem, que cresce e se fortalece

Em 25 de março de 1922, em Niterói, Rio de Janeiro, um grupo de jovens trabalhadores fundou o Partido Comunista do Brasil.

O seu surgimento foi consequência direta das grandes lutas operárias de 1917 e 1919 e da revolução Russa e refletiu um momento de rupturas em nosso país, do que são expressão a Semana de Arte Moderna, o levante do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes e a Revolução de 30.

A trajetória de 90 anos do PCdoB se confunde com a história do povo brasileiro.

O PCdoB nasceu empunhando as bandeiras mais avançadas da humanidade, o socialismo e o fim da exploração do homem pelo homem. Não há conquista política ou social neste país que não tenha contado com a luta e a participação dos comunistas.

Foi o primeiro parti-

do a levantar a luta antiimperialista, por democracia, reforma agrária, direitos para os trabalhadores e liberdade sindical.

Nos anos 30, enfrentou o integralismo e o nazi-fascismo, no Brasil e no mundo. Travou as primeiras lutas anti-racistas e pelos direitos da mulher. Ajudou a juventude a construir a força da UNE e da UBES. Foi às ruas na



campanha "O Petróleo é Nosso" e pela Petrobras.

Lutou contra as bases militares norte-americanas no Brasil e para que a juventude brasileira não virasse "bucha de canhão" na guerra da Coreia.

Durante os 21 anos da ditadura militar, lutou

sem tréguas pela re-democratização do país, sendo o partido que mais vidas deu pela liberdade.

Foi o primeiro a levar às ruas o Fora Collor e enfrentou o neoliberalismo com determinação.

Jogou papel decisivo na eleição de Lula e Dilma. No governo, defende com vigor um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento que abra caminho para um socialismo renovado e libertário, sintonizado com a realidade brasileira.

Fruto dessa luta heróica, que atravessou gerações, o PCdoB é hoje um dos partidos que mais cresce e se fortalece no Brasil.

Por tudo isso, o PCdoB convida o povo e as forças sociais e políticas democráticas e progressistas a participarem das comemorações dos 90 anos do Partido Comunista do Brasil, uma festa que é de todos os democratas deste país!

PCdoB: o Partido do socialismo

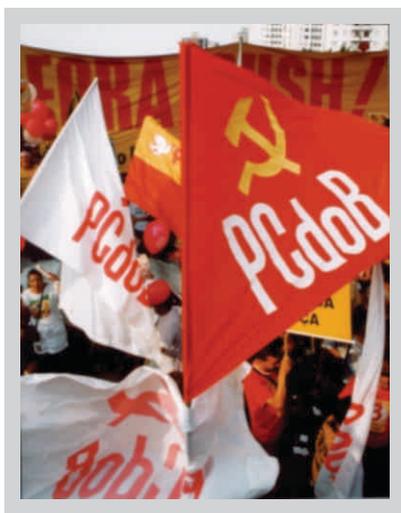
O PCdoB é o Partido do Socialismo! Nasceu sob esta bandeira e sempre a manteve erigida. Ao lutar pelo êxito do segundo governo Lula, no rumo das mudanças, julga que esse êxito além de essencial para o presente do país abre caminho e nos aproxima do grande projeto histórico dos trabalhadores, o SOCIALISMO.

Parafrazeando o poeta Ferreira Gullar, pode-se discordar do Partido Comunista do Brasil, mas falar da história do nosso povo e seus heróis sem mencioná-lo é faltar com a verdade.

Em sua longa e gloriosa trajetória com seus erros e seus acertos, com suas derrotas e vitórias os comunistas sempre se mantiveram fiéis aos seus ideais, muitas

vezes ao custo da própria vida.

Ao completar 90 anos, no dia 25 de março de 2012, o PCdoB o Partido mais antigo do país se renova e se moderniza. Torna-se ainda mais brasileiro e con-



temporâneo, ao mesmo tempo que não perde sua identidade histórica. Por isso, o seu aniversário é motivo de alegria não só para os comunistas, mas para todos os democratas, patriotas e

lutadores sociais, que sempre tiveram e terão no PCdoB um aliado leal e sincero na luta por um Brasil soberano, democrático e mais justo!

Para comemorar essa data, e por ocasião do Grande Expediente

Especial do dia 28 de março de 2012, a bancada do PCdoB publica esta revista, que registra os 90 anos de vida do Partido Comunista do Brasil e relata um pouco da história dos comunistas brasileiros, que se confunde com a própria história de lutas do povo brasileiro.

Deputado Raul Carrion - Líder da Bancada do PCdoB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

1922

Fundação do Partido Comunista do Brasil

Nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, realizou-se, no Rio de Janeiro o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil. Nove delegados estiveram presentes, representando 73 filiados em todo o país. Foram aprovadas as 21 condições de admissão à Internacional Comunista e aprovados os Estatutos, além de outros assuntos.

A fundação do PC do Brasil significou um salto de qualidade da classe operária brasileira, no sentido da sua transformação de “classe em si” para “classe para si”. O surgimento do PC do Brasil está diretamente ligado ao impasse a que haviam chegado as grandes lutas operárias de 1917, 1918 e 1919, que demonstraram a falência teórica e prática do anarquismo, até então hegemônico entre o proletariado avançado do país.

A vitória da revolução russa de 1917 jogou um papel decisivo no amadurecimento da consciência do proletariado brasileiro, que acabava de ingressar em sua etapa fabril.

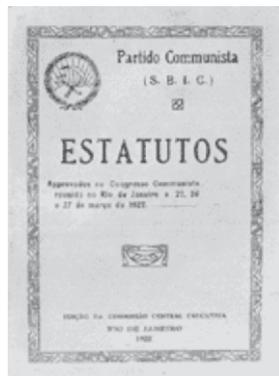


O surgimento do PC do Brasil decorre do amadurecimento histórico do povo brasileiro, sua rica trajetória de lutas desde a época colonial, a resistência dos quilombos, os inconfindentes, os balaaios, os republicanos de 1817, os confederados do Equador, os farrapos, os sabinos, os cabanos, os camponeses de Canudos e do Contestado, os marinheiros sublevados de João Cândido, e tantos outros.

O ano de 1922 também foi marcado por eventos como a Semana de Arte Moderna e pelo Levante do Forte de Copacabana.

FUNDADORES:

(De pé) Manoel Cendón,
Joaquim Barbosa,
Astrogildo Pereira, João
Jorge da Costa Pimenta,
Luiz Peres e José Elias da
Silva. (Sentados)
Hermogênio Silva, Abílio de
Nequete e Cristiano
Cordeiro.



Estatutos aprovado em 1922

1922-1923

Primeiras publicações comunistas



A revista Movimento Comunista, lançada em janeiro de 1922 pelo "Grupo Comunista do Rio de Janeiro", passou a ser o órgão oficial do PC do Brasil a partir de seu 3º número, e o primeiro instrumento de comunicação dos comunistas brasileiros. Em 1922 foram publicadas 13 edições, totalizando 390 páginas, com uma tiragem global de 15 mil exemplares. Em 1923, foram publicados outros 12 números, sendo o último em 10 de junho de 1923, quando suas oficinas foram fechadas pela repressão.



Até a fundação do PC do Brasil, não existia qualquer literatura marxista publicada no Brasil. As únicas obras que circulavam eram em francês, italiano, alemão, espanhol ou raras edições feitas em Portugal.

A primeira edição no Brasil do Manifesto Comunista ocorreu em 1923, nas páginas do jornal Voz Cosmopolita (tradução de Otávio Brandão, a partir de uma edição francesa). Em 1924, essa mesma tradução foi publicada sob a forma de livro pelos comunistas de Porto Alegre, com uma tiragem de 3 mil exemplares. Uma parte da edição foi apreendida pela polícia e destruída.

Em Porto Alegre, os comunistas lançaram em 1924 o jornal mensal, bilingüe (português e alemão), Martello e Foice, órgão da "União dos Offícios Vários", que seguiu sendo editado até 1925. Inicialmente sob a gerência de Samuel Speisky, tendo como Diretor responsável o estivador Manoel Pereira; depois, sob a gerência de W. Fremdling, e como Diretor responsável H. Schondelmeyer.

Há notícias de outro jornal comunista em Porto Alegre o DIE BEFREIUNG (ALIBERTAÇÃO), em língua alemã, publicado em 1923, tendo como editor o emigrado alemão Haberland.



1925

“A CLASSE OPERÁRIA”

O mais antigo jornal operário em circulação no Brasil

Lançada em 1º de maio de 1925, como “Órgão Central do Partido Comunista do Brasil”, A CLASSE OPERÁRIA teve uma tiragem inicial de 5 mil exemplares, mas logo atingiu os 11 mil exemplares. Foi proibida pelo governo em 18 de julho de 1925, sem qualquer justificativa legal.

Reapareceu no 1º de maio de 1928; com uma tiragem média de 20 mil exemplares. Sua edição de 1º de maio de 1929, com 14 páginas, teve uma tiragem de 30 mil exemplares. Em outra edição, também de 1929, alcançou 40 mil exemplares.

Em fins de 1929 teve sua redação invadida e destruída pela polícia. Passou a circular clan-

destinamente, em algumas edições com apenas 2 páginas. Durante certo tempo, deixou de ser semanal, passando a ser mensal.

Em 1935, A Classe Operária jogou importante papel no desenvolvimento da Aliança Nacional Libertadora e na preparação do levante de novembro. Com a derrota da insurreição, desencadeou-se furiosa repressão contra aliancistas e comunistas.

Apesar das dificuldades, A Classe continuou a ser editada até março de 1940, quando a polícia invadiu suas oficinas, prendeu e torturou os seus impressores. Temporariamente, o jornal “A Classe Operária” foi calado.



Em 1938, o Partido alugou uma casa no Brooklin, na capital paulista, onde instalou uma família para dar fachada legal e em um dos quartos colocou uma impressora Minerva para composição e impressão do jornal.



Acima, edição de 1928 que convoca para a manifestação de 1º de maio na Praça Mauá, São Paulo. Abaixo, edição atual do jornal que possui versão eletrônica, podendo ser acessada através do endereço www.vermelho.org.br



1925-1929

O 2º Congresso do PC do Brasil

Entre 16 e 18 de maio de 1925, ocorreu no Rio de Janeiro o 2º Congresso do PC do Brasil, com delegados vindos do Rio de Janeiro, Niterói, Pernambuco, São Paulo, Santos e Cubatão. A delegação do Rio Grande do Sul não compareceu por impossibilidade ocasional.

Nesse Congresso foi aprovada a linha política dos comunistas. Pela primeira vez um partido levantava no Brasil as bandeiras da reforma agrária e da luta antiimperialista. Também a luta pela democracia e pelos direitos sociais e trabalhistas foi enfatizada.

O 2º Congresso também denunciou o fascismo e apontou para a necessidade de forjar uma consciência de classe revolucionária e internacionalista, através da realização de grandes atos de 1º de maio, de comemorações do aniversário da revolução russa, da luta em defesa de Sacco e Vanzetti, etc.



O 3º Congresso do PC do Brasil

Em fins de 1928, inícios de 1929, foi realizado, em Niterói, o 3º Congresso do PC do Brasil, com delegados do Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e da Juventude Comunista. Os estados da Bahia e Minas Gerais não compareceram. Na ocasião, o Partido contava com cerca de 800 membros em todo o país.

O Congresso analisou o quadro político e indicou a tendência a uma nova fase de instabilidade política - fruto da crise econômica e da disputa eleitoral - que deveria levar à eclosão de movimentos armados, com forte participação dos setores radicalizados da pequena burguesia. Indicou a necessidade dos comunistas se integrarem neste processo, para levá-lo até as suas últimas conseqüências. Propôs o confisco das terras dos latifúndios, o fim dos vestígios semi-feudais no campo e a libertação do jugo imperialista.

Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, *ativistas sindicais condenados sem provas e eletrocutados nos EUA em 23/8/1927, apesar de incontáveis protestos, inclusive no Brasil. Na França, populares atacam a embaixada dos EUA.*

1925-1929

Organizando operários e camponeses

Enfrentando anarquistas e reformistas, os comunistas passaram a trabalhar pela organização dos trabalhadores das cidades e dos campos. Suas bandeiras eram o sindicato por ramo industrial (ao invés do sindicato por ofício de então), a unidade e a centralização sindical (ao invés da fragmentação e da descentralização anarquista) e a independência em relação aos patrões e ao Estado. Para isso, reorganizaram em 1923 a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e propuseram,

a partir de 1925, a constituição de Federações por indústria e a criação de uma Confederação Geral do Trabalho. Em 1926, através do Bloco Têxtil, derrotaram os reformistas e passaram a dirigir a poderosa "União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro". Em 1927, realizaram o Congresso Sindical Regional do Rio de Janeiro e fundaram a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro. Em 1929, criaram a CGT.



1º de Maio
Jornal Comunista (RJ, 1926)



Grupo de apoiadores e vendedores do jornal "A Classe Operária" quando de seu relançamento em 1928. O jornal jogaria importante papel de agitação nas lutas empreendidas pelo Partido nos anos finais da década de 20.



Manifesto camponês de orientação comunista convoca Congresso de Trabalhadores agrícolas e pequenos lavradores (RJ, 1929)

1928-1929

O BOC elege vereadores nas eleições de 1928

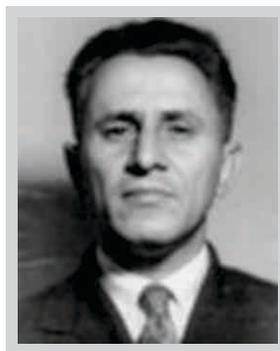
Em fevereiro de 1928, ocorreram as eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de outras capitais. O PC do Brasil lançou em todo o país o Bloco Operário Camponês (BOC). No Rio de Janeiro conseguiu eleger 2 entre os 12 Vereadores: o operário negro Minervino de Oliveira, no 2º Distrito, com 7.692 votos, e o intelectual Octávio Brandão, no 1º Distrito, com 7.088 votos. Em Porto Alegre o candidato do BOC, Plínio Gomes de Mello, obteve 584 votos (5%), mas não se elegeu.

A partir de 1929, essa orientação passou a ser criticada como “burguesa” e o Partido deu forte guinada “esquerdista”, iniciando um período caracterizado pelo sectarismo e pelo “obrerismo”.

Frente à aproximação das eleições de 1930, o Partido propôs a Prestes a candidatura à Presidência da República. Como este não aceitou, lançou Minervino de Oliveira, que obteve uma pequena votação. A consequência foi o alheamento dos comunistas da revolução de 30.



Panfleto do BOC para a eleição de 1928



Minervino Oliveira e Octávio Brandão eagem-se intendentes (vereadores) do Rio pelo Bloco Operário e Camponês (a Câmara tinha 12 cadeiras).

1927-1928

Criação do Bloco Operário Camponês - BOC



O jornal A Nação realizou um amplo trabalho de agitação política e de divulgação das propostas do Partido Comunista.



1/2/1927: O Partido lança o BOC, Bloco Operário e Camponês, inicialmente chamado apenas Bloco Operário. É o 1º ensaio de política de frente dos comunistas.

Em 1º de janeiro de 1927, encerrou-se o Estado de Sítio e o PC do Brasil retornou, na prática, à legalidade.

Por proposta de Leônidas Rezende dono do jornal A Nação, que havia sido fechada pelo governo os comunistas assumiram a direção desse jornal, que tornou-se diário e passou a divulgar as opiniões do Partido.

Tendo em vista as eleições de 1927 para o Congresso Nacional, a direção do Partido propôs, às demais forças operárias e aos candidatos progressistas do Rio de Janeiro, a constituição do Bloco Operário, com um programa extremamente avançado para a época, de caráter democrático e antiimperialista.

Em conseqüência, os comunistas apoiaram Azevedo Lima no 2º Distrito e lançaram a candidatura do gráfico João da Costa Pimenta no 1º Distrito.

Durante a campanha, o jornal A Nação realizou um amplo trabalho de agitação política e de divulgação das propostas do Partido Comunista. Milhares de exemplares do Programa do Bloco Operário foram distribuídos.

O resultado foi a eleição de Azevedo Lima, com mais de 11.000 votos, e expressivos 2.024 votos para Pimenta, o que foi considerado uma grande vitória. Pela primeira vez o PC do Brasil tinha um porta-voz no Congresso Nacional.

A Nação também jogou um importante papel na organização do Congresso Sindical Regional do Rio de Janeiro (no mês de abril) e na convocação do 1º de maio de 1927. Sua influência crescia.

Preocupado com o rápido avanço dos comunistas, o governo aprovou em agosto de 1927 a "Lei Celerada", fechando A Nação e colocando de novo o Partido na ilegalidade.

1925

"A CLASSE OPERÁRIA"

O mais antigo jornal operário em circulação no Brasil

Octávio Brandão foi o primeiro editor de A Classe Operária. Segundo seus relatos, o jornal apareceu em pequeno formato em seu primeiro número. O segundo número já mudou totalmente o seu formato, passando a ser composto e impresso nas excelentes oficinas de "O Paiz", com o apoio caloroso de seus operários.

O lançamento do jornal foi planejado detalhadamente, criando grande expectativa no Rio de Janeiro e nos núcleos do partido existentes em outras cidades e estados. Brandão diz que entre os meses de "março-abril de 1925, dirigi a campanha de propaganda em prol de A Classe Operária". "(...) Editei e organizei a distribuição de dezenas de milhares de manifestos e folhas volantes. (...) Organizei uma rede de Comitês de A Classe Operária. Montei a máquina ilegal, clandestina, subterrânea de propaganda e pacoteiros nas fábricas e oficinas".

O lançamento foi marcado para a grande manifestação convocada em comemoração

ao 1º de maio, Dia do Trabalhador, à tarde, na Praça Mauá, no centro da capital federal: "À tarde de 30 de abril de 1925, o 1º número do do jornal estava composto numa tipografia da rua Frei Caneca, perto da rua Riachuelo. Mas a máquina de impressão se quebrou na hora necessária. Assim, à meia noite, sai pelo mundo, à procura de outra tipografia. Encontrei-a à rua Luiz de Camões.

Não dormi. Trabalhei 26 horas sem interrupção. Mas, na manhã de 10 de maio de 1925, A Classe Operária estava impressa em pequeno formato de 4 páginas. À tarde, foi distribuída amplamente no comércio da Praça Mauá e acolhida carinhosamente pelos trabalhadores".



Octávio Brandão, primeiro editor do jornal A Classe Operária.



Composição tipográfica do jornal A Classe Operária apreendida pelo Deops em 1932 na casa em que funcionava a tipografia do Partido.

Texto extraído do livro "Jornal A Classe Operária" de Apolinário Rabelo, págs. 41 e 42.

1935

Criação da Aliança Nacional Libertadora - ANL

O avanço do fascismo no mundo, representado no Brasil pela Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, levou a Internacional Comunista a aprovar a tática de “Frentes Únicas Antifascistas”.

No Brasil, Vargas havia feito uma composição com as oligarquias e não escondia as suas simpatias pelo nazifascismo, ao mesmo tempo que restringia a democracia.

Em julho de 1934, a 1ª Conferência Nacional do PC do Brasil aprovou a “Luta contra a guerra imperialista, a reação e o fascismo”.

Foi criada a Frente Úni-

ca Antifascista, englobando 87 sindicatos operários. Em agosto de 34, realizou-se no Rio de Janeiro o 1º Congresso Nacional contra a Guerra e o Fascismo, exigindo liberdade para os presos políticos, legalidade para o PC do Brasil e proibição da Aliança Integralista Brasileira. A repressão foi violenta.

Em janeiro de 1935, foi lançado o manifesto de constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que logo se espalhou por todo o país, aglutinando comunistas, socialistas, militares antifascistas e democratas.



A sede da ANL no Rio de Janeiro. Foi lançada em 30/3/1935, no teatro João Cateano, Rio, sob inspiração do Partido, mas agrupando várias forças progressistas. Prestes é aclamado presidente de honra, por proposta do então estudante e membro da Juventude Comunista Carlos Lacerda. Seu lema: "Pão, Terra, Liberdade!"



Cartaz antifascista da década de 30



A MANHÃ órgão da ANL, dirigido pelo PC do Brasil.

1935

O rápido crescimento da ANL leva à sua proibição e fechamento

Em poucos meses, a ANL alcançou 400 mil filiados, organizou 1.600 núcleos e realizou grandes comícios em todo o país.

Seu programa anti-imperialista, antilatifundiário e antifascista conquistou amplas parcelas da população, sob a consigna de “Pão, Terra e Liberdade”.

Vargas respondeu com a “Lei de Segurança Nacional”, aprovada em abril de 1935, e com o aumento da repressão.

Prestes, o comandante da Coluna, que recém havia ingressado no Partido Comunista, foi aclamado Presidente de Honra da ANL. Em 5/7/1935, aniversário do levante do Forte de Copacabana, Prestes lançou um manifesto propondo a derrubada de Vargas e a criação de um Governo Popular Nacional Revolucionário. Menos de uma semana depois, a ANL foi proibida, suas sedes fechadas e os seus dirigentes presos e perseguidos.



Comício unitário antifascista promovido pela ANL em São Paulo, o último antes de ser posta a ilegalidade.



O panfleto de convocação e o comício da ANL de 13 de maio de 1935 no Estádio Brasil - Rio de Janeiro, 6 mil aliancistas participam.

1935

O levante militar da ANL

Na clandestinidade, a Aliança Nacional Libertadora orientou-se sob forte pressão “tenentista” para a preparação da insurreição. O Partido Comunista engajou-se nesse processo.

Vargas procurou desarticular o braço armado do levante, transferindo, dando baixa e prendendo os militares suspeitos.

Os acontecimentos precipitaram-se em Natal, onde, sem articulação nacional, o 21º Batalhão de Caçadores rebelou-se no dia 23 de novembro de 1935 e criou um Governo Popular Revolucionário, formando o primeiro governo dirigido por comunistas no Brasil e na América Latina.

A rebelião expandiu-se para quatro municípios vizinhos. A população confraternizou com os revolucionários, que garantiram a mais absoluta ordem na cidade.



Quartel da Polícia Militar de Natal/RGN tomado pelos insurretos, depois de 19 horas de combate.

No dia seguinte, em estreita ligação com a greve dos ferroviários da Great Western, foi deflagrado o movimento em Pernambuco. Levantou-se o 29º Batalhão de Caçadores, em Socorro, a uma hora de Recife, e procurou estender o movimento para as cidades próximas, chegando a aglutinar 3 mil homens em armas.

Outro grupo de aliancistas e de comunistas dominou Olinda durante duas horas; mas em Recife o levante fracassou.



Journal do Governo Popular Revolucionário de Natal (21/11/35).

1935

Forças superiores sufocam o levante

No dia 27 de novembro, tropas muito superiores em número sufocaram os levantes de Natal e Recife. Apesar disso, e do alerta máximo em que se encontravam as forças legalistas, Prestes insistiu no levante no Rio de Janeiro, em solidariedade aos insurretos do Nordeste. No dia 27 de novembro, o 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha e a Escola de Aviação levanta-

ram-se, mas logo foram submetidos por forças muito superiores.

Apesar da audácia e do heroísmo dos insurretos que nunca assassinaram ninguém dormindo, como afirmam os escribas da reação o movimento se reduziu essencialmente aos quartéis, desligado do conjunto do Partido e do movimento operário, refletindo a forte influência do tenentismo na direção da ANL e do Partido.



O prédio do Terceiro Regimento de Infantaria, que se amotinou e foi bombardeado pelas tropas do Governo.



1935-1939

A repressão a aliancistas e comunistas

Derrotado o movimento, foi deflagrada uma repressão bestial contra aliancistas e comunistas.

Multiplicam-se as prisões, as torturas, os assassinatos. Foram criados Tribunais de Exceção com o apoio inclusive da oposição “liberal” e a Aliança Integralista Brasileira foi incentivada pelo governo.

Prestes e importantes dirigentes da IC foram presos. O Partido continuou a sua luta em condições extremamente difíceis. Suas publicações continuaram a sair, clamando à luta contra o fascismo, exigindo a liberdade para os presos políticos, defendendo os direitos do povo e dos trabalhadores

Aprofundando sua escalada autoritária, Vargas deu o golpe de Estado de novembro de 1937 e instaurou o “Estado Novo”, fechando o Congresso e os partidos.



Prisioneiros políticos na Casa de Correção (RJ, 1935)

Os mesmos “liberais” que haviam aplaudido a violência contra os comunistas passaram a sofrer na própria carne a autoritarismo de Vargas. A repressão aos comunistas intensificou-se ainda mais e, em 1939, a direção nacional e a maioria das direções estaduais caíram nas mãos da polícia do Estado Novo. Foi quando o chefe de polícia de Vargas, Filinto Müller, declarou que o Partido Comunista do Brasil estava “definitivamente liquidado”. Vã basófia!



Vargas “decreta” o Estado Novo. Ordena que tropas do exército fechem o Congresso. Outorga a Constituição Polaca (por ser copiada da Carta da ditadura polonesa do mal. Pilsudski). Prisões no RJ, SP, RS, BA. Intervenção em todos os Estados exceto MG. Supressão de todos os partidos.

1940-1944

Conferência da Mantiqueira: o Partido reorganizado lança campanha pela participação na II Guerra

J á em 1941, foi criada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e, a partir de diversas direções estaduais, iniciou-se a reestruturação dos comunistas. Em 1943, foi realizada a “Conferência da Mantiqueira”, que reorganizou o PC do Brasil e definiu uma linha política cujo eixo central era a luta antifascista. João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Mário Alves, Amarílio Vasconcelos e Júlio de Oliveira foram os principais organizadores da conferência.

O Partido, na mais dura clandestinidade, lançou uma campanha de mas-

sas a favor do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa, para combater o nazi-fascismo, e outra pela anistia aos presos políticos. Ao mesmo tempo, procurou organizar um movimento sindical desatrelado do Ministério do Trabalho.

O resultado foi a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha e a Itália e o fortalecimento do Partido Comunista em todo o país. Mas, o Partido ficou restrito aos problemas táticos do momento, deixando de lado

as questões programáticas, relacionadas com as transformações de fundo do país.

Em 1944, os comunistas lançaram a palavra-de-ordem de “União Nacional para a Guerra e para a Paz, em torno de Vargas”, grave erro corrigido um ano depois com a sua retirada.



Comício da UNE contra o Eixo, na Cinelândia, em 1942: “Queremos a guerra”.

Graças à pressão popular, o Brasil será o único país latino-americano presente no campo de batalha para vencer o nazismo.

Manifestação a favor do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa, para combater o nazi-fascismo. Os comunistas, que se empenharam na sua criação, alistam-se em bom número entre os “pracinhas”.

1945-1946

Derrota do nazismo, anistia e legalização do Partido

Como resultado da vitória dos povos sobre o nazi-fascismo, e do grande papel desempenhado pela URSS nessa luta, o Partido conquistou a anistia e requereu, em 3 de setembro de 1945, o seu registro junto ao TSE (concedido em 10.11.45).

A luta pela redemocratização era o centro de sua política. Os comunistas levantaram a bandeira da Constituinte e mobilizaram amplas massas.

Em 29 de outubro, os militares depuseram Vargas para tentar deter o crescimento da mobilização popular.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PC do Brasil elegeu Prestes como o Senador mais votado do país e 14 deputados federais aos quais se somarão Diógenes Arruda e Pedro Pomar, eleitos em janeiro de 1947, pela legenda do PSP.

O candidato do Partido à Presidência da República, foi o pouco conhecido Yedo Fiúza, que ainda assim obteve 9,7% dos votos, demonstrando o grande prestígio dos comunistas no seio do povo.

O Partido organizou o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), reunindo 300 entidades, realizou o Congresso dos Trabalhadores do Brasil, com quase 2 mil delegados, e criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (fechada pelo Governo Dutra em 1947).

Em Ribeirão Preto, os comunistas criaram em 1946, a primeira Liga Camponesa do país, que logo estenderam para o resto do país.

Da mesma forma, os comunistas dirigiram a campanha vitoriosa pela retirada dos norte-americanos das bases militares do Nordeste.



O povo do Rio comemora a anistia aos presos políticos, conquistada sob pressão de campanha de massas. Prestes é libertado após 9 anos de cárcere.



Com a legalidade, o Partido realiza enormes comícios, como o do estádio do Vasco, no Rio, o maior estádio do país em 1945.

1946-1947

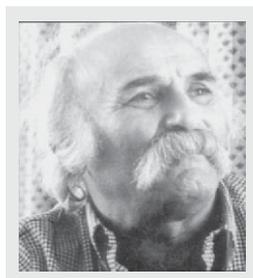
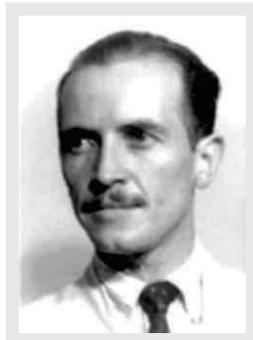
Período de crescimento e vitórias eleitorais

Milhares de trabalhadores, intelectuais e jovens afluíram ao PC do Brasil, que logo atingiu 200 mil filiados. Em fins de 46, o Partido contava com 9 diários (no Rio Grande do Sul, a Tribuna Gaúcha), diversas revistas e duas editoras.

Nas eleições estaduais e suplementares para o Congresso de janeiro de 1947, os comunistas elegeram mais 2 deputados federais, sob a legenda do PSP de São Paulo (Pedro Pomar e Diógenes Arruda)

e 46 deputados, em 15 Assembléias Legislativas. Desses, onze em São Paulo, nove em Pernambuco, seis no Rio de Janeiro e três no Rio Grande do Sul (Otto Alcides Ohweiler, Antônio Pinheiro Machado e Dionélio Machado), consolidando-se como a 4ª força eleitoral do país.

O PC do Brasil obteve grandes votações nos principais centros urbanos e tornou-se a maior bancada na capital da República, elegendando 18 dos 34 vereadores.



Pedro Pomar (acima) e **Diógenes Arruda** (a seguir, em foto de 1979), elegeram-se deputados federais em 1947 pela legenda do PSP paulista.



Marighela; 8 - Alcedo Coutinho; 9 Gregório Bezerra; 10 Joaquim Batista Neto; 11 Osvaldo Pacheco 12 José Claudino da Rocha; 13 Jorge Amado; 14 Abílio Fernandes; 15 João Amazonas.

Bancada do Partido Comunista do Brasil na Constituinte de 1945: 1 Luiz Carlos Prestes; 2 Maurício Grabois; 3 Milton Caires de Brito; 4 Agostinho Dias de Oliveira; 5 José Maria Crispim; 6 Alcides Sabeça; 7 Carlos

1946-1948

Partido Comunista é posto na ilegalidade e seus parlamentares são cassados

Frente ao rápido crescimento do PC do Brasil, a reação das classes dominantes não se fez esperar.

Além de uma representação cada vez maior aos comunistas do que a chácara do Largo da Carioca, em 1946, é apenas um exemplo em maio de 1946 todos os funcionários públicos conhecidos como comunistas foram demitidos e o MUT foi declarado ilegal. Em fins de 1946, 143 sindicatos sofreram intervenção, seguida de expulsão dos comunistas. Em abril de 1947, o governo Dutra suspendeu as atividades da União da Juventude Comunista.

Utilizando um decreto contra partidos “antidemocráticos”, Dutra abriu um processo no Tribunal Superior Eleitoral e conseguiu, em maio de 1947, a proibição do Partido Comunista, em uma apertada decisão no TSE, por três votos contra dois.

Em janeiro de 1948, o Congresso Nacional cassou os mandatos de todos os parlamentares eleitos pelo Partido Comunista.

O Partido foi posto na ilegalidade, teve suas sedes fechadas, seus dirigentes e militantes perseguidos, seus jornais empastelados.

Apesar disso, nas eleições municipais de novembro de 1947, concorrendo em outras siglas os comunistas elegeram 17 vereadores em São Paulo e fizeram a maioria nas Câmaras de Santos, Sorocaba e Santo André. Em Recife, os comunistas também formaram a maior bancada, elegendo 11 vereadores. Em Jaboatão, elegeram o primeiro Prefeito comunista da América Latina. Em Porto Alegre foram eleitos, pela legenda do



Sessão do Tribunal Superior Eleitoral que culminou com a cassação do registro do Partido Comunista em maio de 1947.



Deputados comunistas protestam contra cassação dos mandatos (12/01/48)

PSP, o metalúrgico Eloy Martins e o médico Marino dos Santos (este o mais votado de todo o Estado); na suplência ficou a tecelã Julieta Batistioli, primeira mulher a assumir a função de vereadora no Rio Grande do

1948-1953

Mesmo reprimido o Partido dirige grandes greves

A colocação do Partido na ilegalidade e a cassação de seus parlamentares, sem uma reação mais enérgica dos comunistas, evidenciaram o caráter conformista da orientação que vinha sendo seguida e forçaram sua alteração.

A partir daí, o Partido deu uma guinada para a esquerda, procurando romper com os erros de direita do período da legalidade, elaborando uma linha revolucionária. Mas, acabou caindo em uma política sectária, sem base na realidade. Exigiu, em 1948, a renúncia de Dutra. Em seguida, no Manifesto de Agosto, conclamou o povo a formar uma Frente Democrática de Libertação Nacional para tomar o poder.

A repressão aos comunistas foi violenta: dezenas foram presos e assassinados. Em Vera Cruz/SP, aconteceu, em 1949, o massacre de Tupã, onde foram assassinados os dirigentes comunistas Maram, Godói e Rossi. Na cidade de Rio Grande/RS, ocorreu o massacre do 1º de maio de 1950, onde foram mortos Angelina Gonçalves, Honório Couto, Oswaldino Corrêa e Euclides Pinto; o líder portuário Antônio Rechia foi baleado na coluna, ficando para-

plégico. Em Santana do Livramento, em setembro do mesmo ano, tivemos o assassinato dos “4 As” Aladin Rosales, Abdias da Rocha, Arestides Corrêa Leite e Ary Kulkan.

Apesar de equívocos e debilidades, os comunistas desenvolveram importantes campanhas como “O Petróleo é Nosso”, contra a participação do Brasil na guerra da Coreia, pela Paz Mundial e pela proibição das armas atômicas. Em 1950, dirigiu a resistência armada dos camponeses de Porecatu/PR e, em 1954, dos camponeses de Trombas e Formoso/GO.

Em 1953, organizou em São Paulo a “Greve dos 300 mil” e a “Greve Geral Contra a Carestia”, que paralisou 1 milhão de trabalhadores. O Partido estava organizado em todas as empresas do país com mais de mil operários e crescia em todas partes. Realizava um intenso trabalho de formação teórica, consolidando um núcleo marxista-leninista em sua direção.



O comando de greve do movimento que iniciou em 26/3/1953, em São Paulo, e que ficou conhecido como a “Greve dos 300 Mil”. Iniciativa dos têxteis, é dirigida pelo Partido (através de quadros como Ângelo Arroio), apóia-se em comitês de empresa e num Comitê Intersindical de Greve. Dura 1 mês, ganha as ruas, enfrenta a polícia, triunfa e renova o quadro sindical.

1954-1957

O 4º Congresso e o surto revisionista

Em novembro de 1954, depois do suicídio de Vargas, realizou-se o 4º Congresso do PC do Brasil, que aprovou o primeiro Programa partidário de sua história, onde definiu como centro de sua política o combate ao imperialismo norteamericano, a luta pela reforma agrária radical anti-latifundiária, a defesa das mais amplas liberdades democráticas, a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, a necessidade da revolução e o caminho da luta armada para a conquista do poder.

O Programa aprovado foi um importante avanço. Mas, ao ser adotado sem um ajuste de contas com as concepções burguesas e pequeno-burguesas presentes no interior do Partido e de sua direção, não conseguiu expressar-se no terreno da táti-

ca. Desta forma, o “desenvolvementismo” burguês continuou penetrando profundamente em suas fileiras.

Foi nesse contexto que o Partido tomou conhecimento das teses revisionistas de Khrushchev no 20º Congresso do PCUS, as quais pretextando o combate Stalin, o culto a personalidade e os desvios anti-democráticos da construção do socialismo na URSS abandonaram o caminho revolucionário, negaram a necessidade de um estado proletário e passaram a pregar o caminho da evolução pacífica e do reformismo. Inicialmente, essas idéias foram derrotadas no Comitê Central. Em 1957, porém, com a vitó-



14-25/2/1956: 20º

Congresso do PCUS, marco da onda revisionista e da cisão no movimento comunista mundial.

Khrushchev ataca Stalin em informe secreto e propõe guinada à direita com a linha das "3 pacíficas" (coexistência, emulação, transição). Abre-se fase de aguda luta interna no PCB.

ria de Khrushchev no interior do PCUS, afastando todos os que resistiam à orientação revisionista, a linha reformista prevaleceu também no PC do Brasil com a adesão e o apoio de Prestes e com o afastamento de diversos dirigentes do Secretariado do Comitê Central, entre eles João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda.

1958-1960

O 5º Congresso e o abandono da luta revolucionária

O Programa de 1954 foi abandonado e substituído pela “Declaração de Março” de 1958, que afirmava que “nas condições presentes do nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”, colocando como forças aliadas do proletariado “a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano (...); os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos”. Que asseverava que “o processo de democratização é uma tendência permanente” e que, por isso, “os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e anti-feudal”, através de “sucessivos governos que se apoiem na Frente Única Nacional e Democrática”; governos que “os comunistas apoiarão, mesmo que não

venham a fazer parte de sua composição”.

Em oposição a essa linha, de aberta subordinação à burguesia, deu-se uma forte luta interna em defesa do Partido e do marxismo-leninismo.

Aos poucos, constituiu-se no interior do Comitê Central um núcleo marxista que passou a combater o abandono do caminho revolucionário. Na preparação para o 5º Congresso, realizado em 1960, metade dos artigos publicados na imprensa partidária se opuseram à linha direitista.

Mas o Congresso, manipulado pela direção prestista, aprovou as teses capitulacionistas e afastou 12 dos 25 membros do Comitê Central, consolidando sua hegemonia.

Alguns meses depois, em agosto de 1961, o novo Comitê Central na tentativa de conseguir a qualquer preço a legalidade do PCB, publicou Estatutos e Pro-

grama de um chamado “Partido Comunista Brasileiro” e o aviso de que eles seriam encaminhados ao TSE para registro. Neles, desaparecia qualquer referência ao comunismo, ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário ou a uma reforma agrária anti-latifundiária. Era um programa indefinido, semelhante ao de certos ajuntamentos das classes dominantes. Formalizou, assim, a criação de um novo partido, de caráter social-democrata.



Partido Comunista Brasileiro apoia Jango e Prestes afirma: “Estamos no poder”, aplicando as orientações do 5º Congresso do Partido, que ratificou a linha oportunista da Declaração de 1958.

1961-1962

A reorganização do PC do Brasil

Imediatamente após o pedido de registro do PCB, cem provados dirigentes comunistas tornaram pública a carta “Em defesa do Partido”, onde exigiram a anulação dessas medidas ou a convocação de um Congresso Extraordinário. A resposta foram sanções administrativas contra os que defendiam os Estatutos e a política revolucionária do Partido.

Foi convocada, então, uma Conferência Nacional Extraordinária, realizada em 18 de fevereiro de 1962, em São Paulo, para reorganizar o Partido Comunista do Brasil, agora com a sigla “PCdoB”.

Seus principais organizadores foram João Amazonas, Maurício Gra-

bois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Ângelo Arroio, Lincoln Oest, José Duarte e Elza Monnerat. Participaram delegados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

A Conferência aprovou um Manifesto Programa, atualizou os Estatutos, elegeu um novo CC e decidiu voltar a publicar o jornal A CLASSE OPERÁRIA como órgão central do Partido.

O Programa aprovado indicou como principais causas do atraso do país a dominação imperialista, o monopólio da terra e os grupos monopolistas da grande burguesia. Indicou o imperialismo como o principal inimigo e defendeu a cria-



João Amazonas discursa durante a Conferência Extraordinária de Reorganização do Partido Comunista do Brasil - PCdoB (18/02/62).

ção de uma ampla FRENTE DEMOCRÁTICA E ANTI-IMPERIALISTA, dirigida pelo proletariado. Polemizando com as teses reformistas, defendeu a necessidade da revolução e o caminho da luta armada, respondendo à violência da contra-revolução com a violência revolucionária das massas.

“Impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os

anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, do pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos pro-

gressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um novo governo popular revolucionário”

(Manifesto-Programa, PCdoB, 1962)

1962-1963

PCdoB é o primeiro a responder a Kruschov

O PC do Brasil foi o primeiro partido fora do poder a romper com o revisionismo soviético, tão logo tornou-se pública a divisão do movimento comunista internacional.

Assim, em julho de 1963, o PCdoB divulgou sua “Resposta a Kruschev”, onde denunciou o abandono pelo PCUS do caminho do socialismo e da revolução.

Aos poucos, “remando contra a maré” que parecia dar razão às teses reformistas refizeram a organização partidária em todo o país. Através do jor-

nal A CLASSE OPERÁRIA, o PCdoB travou uma intensa luta ideológica no seio da esquerda brasileira, na defesa do caminho da revolução.

A reorganização do PC do Brasil não significou apenas uma continuidade do velho Partido Comunista, mas também expressou um salto de qualidade em sua trajetória, incorporando a tradição e as experiências de luta dos comunistas, ao mesmo tempo que rompia com erros e deficiências do passado.



“A Classe Operária” volta a ser o órgão central do Partido e em 27/7/1963, publica a Carta Aberta a Kruschev. O PCdoB, recém-reorganizado, refuta as calúnias de Kruschev e denuncia a linha revisionista do PC Soviético pós-20º Congresso. O combate de princípios ao revisionismo será um dos pilares da linha geral do Partido.



A mesa do 40º aniversário do Partido, um mês após a reorganização.

1964

O golpe militar e a dura repressão

O golpe de 1964 foi um duro revés para o nosso povo: cassou e suspendeu os direitos políticos de 3 ex-presidentes, 6 governadores, 2 senadores, 63 deputados federais, cerca de 300 deputados estaduais, vereadores, juizes e desembargadores.

Assassinou, prendeu, torturou, exilou e forçou à clandestinidade milhares de patriotas e democratas. Instituiu mais de 5.000 Inquéritos Policiais Militares, que causaram a perseguição de mais de 40.000 pessoas. Demitiu 10.000 funcionários e expurgou nas Forças Armadas 122 oficiais, 2.000 marinheiros e 800 outros integrantes das três forças. Fechou a CGT, o PUA, as intersindicais;

interveio em 4 Confederações, 43 Federações, 409 sindicatos; decretou a ilegalidade da UNE e incendiou sua sede; desmantelou as Ligas Camponesas e perseguiu suas lideranças; reprimiu os partidos populares e de esquerda.

Mas também serviu para o desmascaramento da linha reformista que prevalecia entre os comunistas brasileiros. O PCdoB fortaleceu-se e cresceu em prestígio, enquanto o PCB desmoronava. Das inúmeras facções que surgem deste, uma parte retorna ao PCdoB, enquanto que outra, fazendo uma autocrítica equivocada, atira-se ao “foquismo” armado.



Exército dissolve manifestações contra o golpe (Porto Alegre, 02/04/64)



O 3º Exército em prontidão no dia do golpe em Porto Alegre.



Barricadas no Palácio Guanabara (RJ) em 1º de abril de 1964.

1966-1968

Grandes mobilizações contra a ditadura

Na 6ª Conferência, realizada em 1966, o PCdoB aprovou como centro de sua tática o combate à ditadura militar e a preparação da luta armada. As tendências foquistas que durante a 6ª Conferência se manifestaram no seu interior, foram derrotadas (vindo a formar a efêmera “Ala Vermelha do PCdoB”) e o Partido aprovou o caminho da Guerra Popular, tendo como cenário principal o campo.

Nesse período, é iniciado o deslocamento de quadros e dirigentes comunistas para o sul do Pará onde, seis anos depois, será deflagrada a Guerrilha do Araguaia.

Em 1968, o PCdoB, em aliança com a Ação Popular, joga importante papel nas mobilizações de rua contra a ditadura militar. Esta aliança culminará, em 1973, com a integração dessa organização revolucionária no PCdoB.

Fascismo e euforia do milagre

Em janeiro de 1969, pouco depois da edição do AI-5, o PCdoB publicou o documento “GUERRA POPULAR O CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL”, onde fez o balanço das experiências de luta armada no país, criticou o “foquismo” e fundamentou sua visão de luta armada de massas.

O início dos anos 70 foi de dura repressão ao PCdoB e às demais organizações de esquerda.

Muitos comunistas, revolucionários ou democratas perderam a vida nos cárceres da ditadura; outros foram submetidos às mais bárbaras torturas. As organizações “foquistas” foram desmanteladas, uma a uma. A euforia do milagre, do tricampeonato parecia eclipsar toda e qualquer resistência. Perdidas as esperanças, muitos se integraram ao sistema. Mas a revolta latejava.



Estudantes carregam caixão com o corpo de Edson Luís Lima Souto, morto em confronto com a polícia militar em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro.



Estudantes reúnem intelectuais, artistas e religiosos em manifestação contra a ditadura militar que ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil, em 26/06/68, no Rio de Janeiro.



Manifestantes viram uma Kombi durante a Passeata dos Cem Mil.

1966-1972

A resistência armada do Araguaia

Coerente com sua concepção de Guerra Popular, o PCdoB fez um grande esforço, a partir de 1966, para desenvolver trabalho político em áreas rurais favoráveis à deflagração de um movimento armado de resistência à ditadura. Data dessa época o envio dos primeiros militantes e dirigentes comunistas à região do Araguaia, no sul do Pará e norte de Goiás (região de Xambioá-Marabá) onde passaram a desenvolver um trabalho de ligação com as massas, reconhecimento do terreno e ocultação de armas e mantimentos para a luta.

Entre os quase 70 comunistas que lá passaram a viver como camponeses, comerciantes e trabalhadores, estavam João Amazonas, Maurício Grabois, Elza Monnerat, Ângelo Arroio, Osvaldão e João Carlos Haas.

No dia 12 de abril de 1972, quase seis anos após a chegada dos pri-

meiros comunistas à região do Araguaia, cinco mil homens do II Exército, Aeronáutica e Polícia Militar a partir de informações de um delator iniciaram uma operação anti-guerrilha na região. Nesse dia, João Amazonas e Elza Monnerat encontravam-se fora da área.

Diante do ataque, os comunistas tomaram em armas para resistir. Os destacamentos se organizaram e recuaram para a mata. O melhor conhecimento do terreno por parte dos guerrilheiros e o apoio da população fizeram com que as tropas do Exército não tivessem êxito em sua primeira investida. Após quatro meses de operações, as tropas se retiraram.



Osvaldo da Costa (Osvaldão)

Foi dos primeiros a chegar à região do Araguaia, por volta de 1966/67.

Entrou na mata como garimpeiro e mariscador. Era o maior conhecedor de toda a área, tanto da guerrilha como das áreas circunvizinhas.

No ano de 1969, fixou sua residência às margens do rio

Gameleira,

Comandante do "DestacamentoB", onde participou exitosamente de vários combates.

Era, ao lado de Dina, o mais conhecido combatente entre a população do Araguaia. Estava entre os combatentes que foram atacados por grande contingente das Forças Armadas em 25/12/73. Está desaparecido desde meados de 1974.

1972

A guerrilha resiste a 2ª campanha do exército

Em setembro de 1972, foi iniciada a 2ª campanha, envolvendo 10 mil homens das três Armas, inclusive corpos de elite (fuzileiros navais e guarda presidencial). Em-pregou aviões e helicópteros e foi comandada pelos generais Viana Moog e Antônio Bandeira. Ocupou estradas e sedes de fazendas, prendeu moradores, bombardeou a mata e fez incursões no seu interior. Aguerriha recuou, perdeu alguns combatentes, mas também impôs baixas. Protegida pela selva, manteve a resistência.

Nas cidades os militares intensificaram a repres-

são ao PCdoB, para cortar o apoio logístico e político à guerrilha. Em maio de 1971, uma parte da direção do Partido no Rio Grande do Sul caiu nas mãos da polícia. Em fins de 1972, foram assassinados Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque, membros do Comitê Central do PCdoB.

Seguiu-se quase um ano de trégua. As Forças Guerrilheiras do Araguaia intensificaram o trabalho político junto aos 20 mil moradores da região, criaram a “União pela Liberdade e os Direitos do Povo”, incorporaram novos combatentes. Os guerrilheiros edita-



Foto atribuída a um militar, retratando a chegada do exército à região do Araguaia, em setembro de 1972

ram cartas, manifestos e o romance da libertação. Atacaram um posto da PM, obtendo algumas armas.

“Impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista (...) as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução (...) as massas populares terão que recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias (...) só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o Poder ao povo”. (Manifesto Programa do PCdoB, 1962).

“A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular (...) Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades (...) A concepção da guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas”. (...) “É para a guerra popular que o povo brasileiro terá de se preparar.” (VI Conferência do PCdoB, 1966).

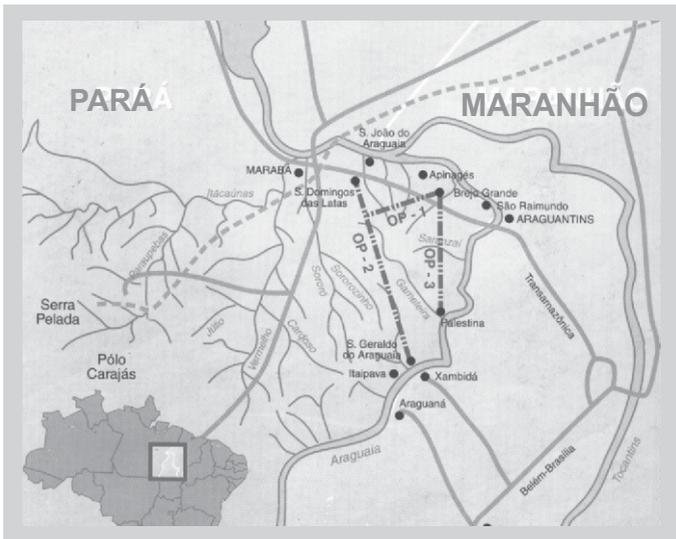
“O caminho da luta armada apresenta os seguintes aspectos: será uma guerra de cunho popular, travar-se-á fundamentalmente no interior e mobilizará as massas camponesas, será prolongada, (...), empregará o método da guerrilha em grande escala, forjará o exército popular, estabelecerá bases de apoio no campo. Terá que se orientar, pelos princípios da defensiva estratégica e guiar-se por uma política correta.” (Guerra Popular O caminho da Luta Armada no Brasil, 1969).

1966-1972

Araguaia: a semente brotará

Duas vezes derrotadas em suas tentativas de aniquilar com a guerrilha, as Forças Armadas prepararam minuciosamente sua 3ª campanha. Fizeram estradas cortando a região, construíram 5 quartéis e pistas de pouso. Infiltraram 32 agentes de informação na região, desenvolveram ações sociais para conquistar a população.

Em de outubro de 1973, em pleno período de chuvas, quando ninguém mais esperava uma operação militar, 5 mil soldados de elite incluindo tropas de guerra nas selvas e o batalhão de pára-quedistas do general Hugo de Abreu iniciaram o ataque. Fizeram mais de mil prisioneiros entre a população, penetraram profundamente na selva e infligiram sucessivas baixas



à guerrilha. No dia 25 de dezembro de 1973, surpreenderam e aniquilaram uma coluna de 23 rebeldes, inclusive o grosso da Comissão Militar e o seu comandante Maurício Grabois.

Seguiu-se uma longa caçada aos remanescentes da guerrilha, que só se encerrou em janeiro de 1975.



1972

O mais importante movimento armado no Brasil rural

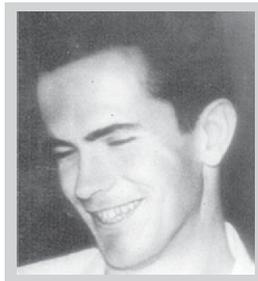
Era o final da guerrilha do Araguaia - o mais importante movimento armado no Brasil rural - , na opinião do general Hugo de Abreu uma das páginas mais intrépidas da história do Brasil. De um lado menos de 100 guerrilheiros, batendo-se pela libertação política e social do nosso povo. Do outro, 20 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar, mobilizados em três campanhas, utilizando-se da tortura e do assassinato de prisioneiros como método de terror.

Sem dúvida, a resistência armada do Araguaia muito tem a ver com o acúmulo de forças que, dez anos depois, levará ao fim da ditadura militar.

“Foi o maior movimento de tropas do Exército, semelhante à mobilização da (Força Expedicionária Brasileira, que combateu o fascismo na Europa, na Segunda Guerra.”
General Viana Moog.

(...) “a teoria do ‘foco’ conduz a renúncia do trabalho entre as massas e não confia na capacidade destas de assimilar as idéias revolucionárias e de lançar-se à luta. Por isso, a guerrilha baseada no foco é alheia às massas e dedica-se quase exclusivamente às ações armadas. O ‘focismo’ é uma concepção puramente militar da revolução (...) A concepção do ‘foco’ nega a necessidade do Partido, contrapõe a guerrilha ao Partido e defende que o grupo armado é a vanguarda política da revolução (...) A luta do povo contra seus inimigos mortais não pode reduzir-se à ação de um grupo armado. É muito mais ampla e multifacética.”
(Guerra Popular o caminho da luta armada no Brasil, 1969).

Maurício Grabois,
comandante das Forças
Guerrilheiras do Araguaia.



Gaúchos no Araguaia:
acima, **João Carlos Haas Sobrinho (Juca)**, médico formado pelo UFRGS e logo abaixo, **Cilon da Cunha Brun (Simão)**, Natural de São Sepé.



1974-1976

O declínio da ditadura terrorista

O ano de 1974 marcou o início de mais uma crise do capitalismo mundial. Os juros subiram, a produção e o comércio internacional se retraíram. O país acumulou déficits crescentes nas contas externas. A dívida externa explodiu. O “milagre econômico” havia terminado; agora era preciso pagar a conta.

Acosado pela crise econômica e pelo crescimento da resistência popular, Geisel buscou institucionalizar o regime e dar-lhe uma sobrevida através de uma “abertura lenta e gradual”.

Nas eleições de 1974, o MDB fez 15 milhões de votos contra 12 milhões da ARENA. A ditadura sofreu uma grave derrota eleitoral. Esse resultado impulsionou a luta contra a ditadura em todos os terrenos.

Em fevereiro de 1975, o PCdoB lançou o seu “Manifesto aos Brasileiros”, indicando as três bandeiras que nortearão a luta do povo brasileiro até o fim da ditadura “Anistia”, “Revoga-



ção de todos os Atos e Leis de Exceção”, “Constituinte Livre e Soberana”.

Contra a política conciliadora dos que propunham uma “transição negociada com os militares” e uma “Constituinte com Figueiredo”, o PCdoB insistiu na necessidade da derubada da ditadura.

Mais uma vez os comunistas pagarão um alto tributo em sangue pela consequência de suas posições. Em 16 de dezembro de 1976, o Exército invadiu a casa no bairro da Lapa, onde se reunia o Comitê Central do PCdoB, e assassinou friamente Pedro Pomar e Ângelo Arroio.

16/12/1976: Chacina da Lapa (S. Paulo): o 2º Exército fuzila dentro de casa Pedro Pomar e Ângelo Arroio, e mata na prisão Batista Drummond, dirigentes do PCdoB. Seu comandante diz-se frustrado pois Amazonas escapou. É a última grande façanha repressiva da ditadura.

Os demais haviam sido presos ao saírem da casa, ao término da reunião, sendo submetidos às mais bárbaras torturas. João Batista Drummond, faleceu nas mãos dos seus algozes.

1978-1985

Greves operárias, anistia e Diretas Já

A pesar do duro golpe, em fins de 1978 o Partido realizou sua 7ª Conferência, reorganizou a direção e impulsionou a luta contra o regime militar.

Assim, os comunistas participaram ativamente das grandes greves de 1978 e 1979 e da grande campanha pela Anistia, conquistada em 07/09/1979.

Muitos dirigentes partidários retornaram, então, ao país e à vida legal. Em outubro de 1979, o PCdoB lançou o jornal “A Tribuna da Luta Operária” e intensificou sua atuação e organização. Em março de 1981 passou a publicar a revista teórica “Princípios”.

Nas eleições de 1982, a oposição fez 7 milhões de votos a mais que o PDS, elegendo a maioria da Câmara Federal e 10 governadores. O regime militar se esborrava por toda parte.

Em fins de 82 o PCdoB realizou seu 6º

Congresso e definiu a luta pela democracia e contra o imperialismo como o centro de sua tática.

Em 84, foi um dos principais organizadores da campanha das “DIRETAS JÁ”.

Derrotada a emenda das Diretas, defendeu um amplo movimento de massas em torno de um candidato das oposições no “Colégio Eleitoral”, como um caminho possível, naquelas circunstâncias, para derrotar a ditadura, o que se confirmou com a vitória de Tancredo sobre Maluf.



A luta pela anista, 1979.



Comício pelas diretas em Porto Alegre, 1985.



O PCdoB teve presença destacada na luta pelas Diretas.

1985-1990

Da reconquista da legalidade ao Fora Collor

Com o fim do regime militar, foram revogados os atos e as leis de exceção, realizadas as eleições para as capitais e convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Em maio de 1985, o PCdoB reconquistou a legalidade, depois de 38 anos de clandestinidade.

Nas eleições de 86, os comunistas elegeram 5 deputados constituintes. A bancada comunista apresentou 1003 emendas, das quais 204 foram incluídas na “Constituição Cidadã” de 1988.

Nas eleições presidenciais de 1989, o PCdoB propôs a formação de uma ampla frente eleitoral dos partidos de esquerda para derrotar as forças con-

servadoras do país e contribuiu decisivamente na elaboração do “Programa de 13 Pontos” da Frente Brasil Popular, que quase levou Lula à vitória no segundo turno.

Desde o primeiro dia do governo neoliberal de Collor de Mello, o PCdoB denunciou seu caráter antinacional e antipovo.

Nas eleições de 1990, manteve sua bancada de cinco deputados federais. Jogou papel de vanguarda nas grandes greves de 1991 e na luta geral contra o neoliberalismo. Em fins de 91, foi o primeiro partido a propor o afastamento de Collor e a mobilizar o povo nas ruas pelo “Fora Collor”.



23/5/85 - O PCdoB conquista a legalidade após 38 anos.



1989 - João Amazonas com Lula e Carrion ao centro, no palanque da campanha presidencial.



“Fora Collor!” O PCdoB é o primeiro partido a defender o afastamento de Fernando Collor da Presidência.

1990-1999

Anos de lutas contra o neoliberalismo

A batalha contra o neoliberalismo tomou a forma de luta em defesa das empresas públicas e contra a revisão constitucional. Os comunistas estiveram na primeira linha deste combate.

Nas eleições de 94, confrontaram-se novamente o projeto neoliberal e o projeto democrático e popular de defesa da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores. Embalado pelo “Plano Real” e pela unanimidade da mídia, FHC venceu no primeiro turno, aprofundando a implementação do neoliberalismo no país.

Nessas eleições, apesar da maré anticomunista, o PCdoB dobrou sua bancada, elegendo dez deputados federais.

Em 1998, ajudou a construir a frente antineoliberal União do Povo Muda Brasil (PT, PCdoB, PDT, PSB e PCB) com o objetivo de derrotar FHC, o que, infelizmente, não foi alcançado. Mas, as forças de esquerda avançaram em todo o país.

Nessas eleições o PCdoB elegeu um vice-governador, dois suplentes de senador, sete deputados federais (além de três primeiros suplentes) e dez deputados estaduais. Sua votação cresceu 56% para a Câmara e 45% para as Assembleias Legislativas.

Em novembro de 1998, o PCdoB afirmou: “a unidade das esquerdas deve ser consolidada e ampliada ainda mais, agregando forças de centro. Nem a esquerda, nem o centro reúnem forças suficientes para derrotar a coalizão governamental. O único caminho viável para a oposição deve ser o de uma coalizão de centros-esquerda contra o neoliberalismo.” E concluiu defendendo a “construção de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil.”



1998, manifestações contra a reforma da previdência.



26/8/1999: Chega a Brasília a Marcha dos 100 mil. Entrega à Câmara abaixo-assinado com 1,3 milhão de firmas, pedindo CPI sobre o papel de FHC na privatização das teles.

Em junho de 1999, o PT, o PCdoB, o PDT, o PSB e o PCB, relançaram a Frente de Oposição Democrática e criam o Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho.

O PCdoB também jogou grande papel na marcha dos 100 mil, realizada em agosto de 1999, em Brasília.

1988-1995

Os congressos do PCdoB na legalidade

Em maio de 1988, o PCdoB realizou em São Paulo o seu 7º Congresso, onde fez a crítica da Perestroika e do desmonte do socialismo na URSS. Analisando a revolução brasileira, o 7º Congresso concluiu que a sua primeira etapa democrática e nacional aproxima-se e entrelaça-se com a etapa socialista.

Em fevereiro de 1992, em plena maré mundial antisocialista, quando amplos setores da esquerda renegavam o marxismo, o PCdoB realizou em São Paulo, o seu 8º Congresso, reafirmando sua opção socialista e marxista-leninista. O Partido chegou a esse Congresso organizado em todos os estados e em mais de mil municípios.

No 8º Congresso, os comunistas avançaram em sua compreensão da revolução brasileira, definindo-a como socialista “desde já”, apesar das tarefas democrática e nacionais pendentes. Em decorrência, foi decidida a convocação de uma Confe-

rência Nacional para elaborar o novo programa, de caráter socialista.

Em agosto de 1995, em Brasília, depois de um longo debate no interior do Partido, a 8ª Conferência Nacional aprovou o “Programa Socialista para o Brasil”. Nele ficou claro que o objetivo estratégico imediato dos comunistas é o Socialismo, mas que haverá uma primeira fase de transição onde além das tarefas socialistas deverão ser cumpridas as tarefas nacionais e democráticas que a revolução burguesa foi incapaz de realizar no Brasil.

O Programa rompeu com visões esquemáticas ou de um “modelo único” para o socialismo afirmando que preservadas as linhas mestras do socialismo científico cada povo construirá o socialismo de acordo com suas peculiaridades.



11-14/5/1988: 7º Congresso do PCdoB, com 500 delegados, no Centro Reboças, S. Paulo. É o 1º que o Partido realiza na legalidade.



3-8/2/1992: O 8º Congresso do PCdoB, em Brasília, analisa as lições do colapso final da experiência soviética. Proclama que "o socialismo vive!"



27/8/1995: 8ª conferência do PCdoB aprova o Programa Socialista. A idéia de um modelo único mundial cede lugar à análise das particularidades concretas da realidade brasileira.

1997-2001

Construindo a Frente para derrotar o neoliberalismo

Em outubro de 1997, o PCdoB realizou o seu 9º Congresso, apontando a necessidade de “enfrentar a escalada neoliberal construindo uma ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular”, caminho de aproximação do objetivo maior da transição ao socialismo.

Em dezembro de 2001, o PCdoB realizou no Rio de Janeiro a plenária final do seu 10º Congresso, reunindo 821 delegados, representando 200 mil filiados e 35 mil militantes de todo o país. Também se fizeram presentes 32 delegações estrangeiras e convidados.

Em um clima de grande unidade, o Congresso elegeu o novo Comitê Central e aprovou a Resolução Política sobre a situação internacional, a situação nacional e o Partido.

Ao mesmo tempo que ressaltou a oportunidade ímpar que tínhamos de dar um novo ru-

mo para o Brasil, nas eleições que se avizinhavam, o PCdoB insistiu na necessidade de construir a mais ampla unidade das forças de oposição em torno de um programa de ruptura com o neoliberalismo e de impulsionar um amplo movimento de massas, única forma de levar adiante as transformações que o país necessita.



9º Congresso do PCdoB, no Centro Anhembi, S. Paulo, reúne 808 delegados eleitos por cerca de 20 mil militantes.



10º Congresso do PCdoB, no Riocentro, RJ, reúne 821 delegados representando mais de 200 mil militantes e 35 mil comunistas em todo o país, o último com a presença de João Amazonas, que passaria a presidência do Partido para Renato Rabelo. Sob a consigna de “Um novo rumo para o Brasil”, constata o esgotamento do neoliberalismo e vislumbra a possibilidade da vitória de Lula em 2002.

2000-2002

Eleições que abriram caminho para as mudanças

Diante do pleito municipal de 2000, os comunistas afirmaram que “a unidade é a chave para a vitória” e conclamaram a construção de uma ampla frente oposicionista, que desse às eleições um caráter plebiscitário contra FHC e o neoliberalismo.

O resultado foi uma grande vitória das oposições, que cresceram 38% em relação às eleições de 1996. Nesse contexto, o PCdoB elegeu a Prefeita de Olinda, seis vice-prefeitos entre os quais os de Recife e Aracaju e quase duas centenas de vereadores.

Em 2001, o PCdoB conclamou a “unidade das oposições contra FHC”, a partir “dos partidos de esquerda”, em torno de um “programa tendo por base o Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho”. Não poupou esforços na construção da unidade das esquer-

das nas eleições de 2002.

Determinado a construir a vitória do povo contra o neoliberalismo, o PCdoB propôs “a mais ampla frente oposicionista para dar um Novo Rumo para o Brasil”.

No 1º turno, LULA alcançou 46,4% dos votos. Mas o vendaval mudancista não se limitou às eleições para a presidência da República. Refletiu-se também nas eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados, governos estaduais e Assembleias Legislativas, onde ocorreu uma avalanche de votos oposicionistas.

No segundo turno, a esperança voltou a vencer o medo. Em um resultado de repercussão internacional, o povo brasileiro consagrou presidente da república - com mais de 60% dos votos - um operário de esquerda.



Luciana Santos elege-se Prefeita de Olinda em 2000 pelo PCdoB, sendo reeleita em 2004 no primeiro turno, com 55% dos votos.



O último encontro de Lula com João Amazonas, que faleceu antes de vê-lo Presidente. O PCdoB esteve com Lula desde a primeira campanha em 1989, e João sempre acreditou que Lula chegaria lá.

2002

PCdoB fortalece sua representação parlamentar

Nas eleições 2002, o PCdoB elegeu 12 deputados federais (4 mulheres) e 17 deputados estaduais (5 mulheres), assim como o vice-governador do Piauí. Para a Câmara dos deputados, somou 1.967.135 votos (um aumento de 120% em relação às eleições de 1998), elegendo a deputada mais votada do Amazonas, a mais votada do Acre, a segunda mais votada do Rio de Janeiro, o deputado mais votado do Ceará e o segundo mais votado do Distrito Federal, além de 3 primeiros suplentes federais e 3 primeiros suplentes estaduais.

Para o Senado, os candidatos do PCdoB fizeram 6.185.951 votos. Entre deputados federais e estaduais e senadores, os comunistas totalizaram 9.281.543 votos. No Rio Grande do Sul, o PCdoB dobrou a sua votação para a Assembléia Legislativa (95.379 votos), elegeu Jussara Cony a quinta mais votada da Frente Popular (51.586 votos), mais que dobrou o número de votos para a Câmara dos Deputados com Raul Carrion (54.415 votos) e elegeu o professor Roberto Macagnan como primeiro suplente ao Senado.



Lula em Porto Alegre, durante a campanha de 2002, com Raul Carrion ao lado.



Lula em seu primeiro pronunciamento como Presidente eleito em 2002, após derrotar José Serra no 2º turno.



Campanha do PCdoB em 2002 no RS: Carrion fez 54.415 para Dep. Federal e Jussara Cony reelegeu-se Deputada Estadual com 54.129 votos

2003

Pela primeira vez os comunistas participam do governo



Tão logo LULA tomou posse como Presidente da República e iniciou o seu governo, o PCdoB convocou uma Conferência Nacional, com o objetivo de realizar uma ampla discussão no Partido acerca do seu posicionamento frente ao governo LULA, inclusive tendo em conta as discordâncias dos comunistas em relação à política macroeconômica e à reforma da previdência.

Depois de um amplo debate no interior do Partido, os delegados à 9ª Conferência Nacional, reunidos em Brasília, em junho de 2003, concluíram pela

necessidade dos comunistas trabalharem pelo êxito do governo LULA, no rumo das mudanças. Prevaleceu a compreensão de que, além de não existir uma alternativa real mais avançada do que o governo LULA, se comparados os seus avanços com as suas limitações, aqueles superavam em muito a estas. Assim, os comunistas deviam participar do governo LULA para impulsioná-lo no rumo da resistência ao neoliberalismo. Mas, isso sem que os co-

munistas abrissem mão de sua de sua independência de classe ou da crítica aos eventuais equívocos do governo LULA.

A 9ª Conferência caracterizou o governo LULA como um governo de transição no qual se dá uma disputa entre os setores mudancista e os que defendem a continuidade do modelo neoliberal e apontou a necessidade da formação de um governo amplo, de coalisão, em torno de um projeto nacional de desenvolvimento.



Lula na 9ª Conferência do PCdoB em 2003.

2003-2004

Avanços e limites do primeiro Governo Lula

Em 2002, o PCdoB foi um dos principais artífices da vitória da frente política que fez de LULA o Presidente do Brasil. Vitória que instaurou uma fase inédita e promissora na história do país.

O papel destacado do PCdoB nessa conquista, levou-o a participar, pela primeira vez, do primeiro escalão do governo federal. De início, na Liderança do Governo na Câmara dos Deputados e à frente do Ministério dos Esportes, além de diversas outras funções no governo. Em um segundo momento, à frente do Ministério da Coordenação Política e do Ministério dos Esportes.



Presidente Lula cumprimenta Aldo Rebelo, que assume a Secretaria de Coordenação Política e Assunto Institucionais, em janeiro de 2004.

Apesar de equívocos, como a manutenção de uma política macro-econômica de fundamentos neoliberais, o PCdoB entende que o governo LULA tem um saldo altamente positivo: pôs em prática uma política externa soberana, fortaleceu o Mercosul e a integração latino-americana, bloqueou a ALCA, libertou-se do FMI, suspendeu o processo de privatizações, fortaleceu as estatais e a capacidade de intervenção do Estado, retomou o crescimento da economia, criou milhões de empregos, recuperou o salário mínimo, distribuiu renda aos mais pobres, manteve uma relação de

respeito com os movimentos sociais e retirou o projeto de FHC que na prática acabava com a CLT.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O Presidente Lula com Agnelo Queiroz, que chegou ao Ministério do Esporte depois de ter sido o autor do texto original da lei que destina 2% das loterias federais para os comitês olímpicos e paraolímpicos brasileiros. Agnelo também é autor do projeto de lei que institui a Bolsa-Atleta, um benefício mensal para competidores desde a idade escolar até os de nível olímpico.



A esquerda do Presidente Lula, Agnelo Queiroz (PCdoB), Ministro dos Esportes, e a direita, seu sucessor, Orlando Silva, também do PCdoB.

2005

11º Congresso: o maior da história do PCdoB

Em outubro de 2005, o PCdoB realizou o seu 11º Congresso, o maior de toda sua história. Dele participaram 70 mil militantes, através de milhares de assembléias de base, 1.364 conferências municipais e 26 conferências estaduais. Na plenária final, em Brasília, reuniram-se 1.046 delegados, 59 convidados e 45 representantes de partidos comunistas e organizações políticas avançadas de todos os continentes.

Na mesa de abertura, presentes dirigentes partidários, o presidente e o vice-presidente da República, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Ministros, representantes dos movimentos sociais e dos partidos do campo popular e democrático.

Realizado em meio ao cerco da grande mídia e da oposição ao governo LULA, o Congresso reafirmou a necessidade do PCdoB defender o governo para evitar a volta dos neoliberais ao centro do

poder e ressaltou a importância da eleição de Aldo Rebelo à presidência da Câmara dos Deputados, detendo o golpe branco que vinha sendo armado.

Avaliando os avanços e limites do governo LULA, apontou como causa fundamental dos ataques ao governo os seus avanços, e não os seus erros. Mas, também, indicou como outra causa do desgaste a dificuldade do PT, com seu exclusivismo e hegemonismo, em realizar uma política de frente única e um governo de coalisão. O que o levou a recorrer aos métodos tradicionais para garantir a governabilidade, igualando-se àqueles a quem sempre criticou.

Quanto à superação do neoliberalismo “já havia no PCdoB a percepção de que o novo governo não reunia convicção nem forças suficientes para enfrentá-la” e que havia ficado clara “a pouca capacidade do PT, como dirigente principal da ali-



Plenária do 11º Congresso.

ança de governo, para a condução política da transição a um novo projeto de mudança”.

Assim, o 11º Congresso aprovou a continuidade da participação no governo, a ampliação da mobilização dos movimentos sociais - força motriz da luta pelas mudanças - e a intensificação da luta de idéias, reforçando as tendências revolucionárias e progressistas.

Por fim, o Congresso aprovou um novo Estatuto, sem abrir mão de princípios basilares, como o centralismo democrático, buscando os caminhos para a construção de um Partido renovado.

2005

O PCdoB foi decisivo no momento agudo da crise

Ao combater interesses poderosos, LULA atraiu o ódio dos que buscam manter o Brasil submisso aos interesses do grande capital financeiro nacional e internacional.

Com a radicalização da luta política e diante dos ataques dos neoliberais ao governo, no auge das tentativas da direita golpista de propor o impeachment de LULA, no momento em que muitos na esquerda desertavam do combate, o PCdoB cerrou fileiras na defesa do governo LULA, mobilizou os movimentos sociais para resistir a maré golpista e ofereceu o nome de Aldo Rebelo para disputar a Presidência da Câmara dos Deputados, contra o candidato da direita.



Foto: Domingos Tadeu/PR

12/11/2006 - cerimônia de transmissão do cargo no aeroporto de Congonhas



Nessa disputa decisiva para a continuidade do Governo LULA a política ampla e conseqüente dos comunistas conquistou a maioria dos votos e impôs uma derrota estratégica aos golpistas. Com isso, os comunistas conquistaram a Presidência da Câmara dos Deputados, esva-

ziaram o golpe em preparação e permitiram a LULA recuperar-se e conquistar a reeleição. Essa vitória também fez com que, pela primeira vez um comunista assumisse provisoriamente a Presidência do país.

Comemoração da base aliada do governo quando da eleição de Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados.



16/8/2005 - Manifestantes de todo o país dirigiram-se a Brasília para apoiar o presidente Lula, pedir mudanças nas políticas econômicas e apuração das denúncias de corrupção Segundo os organizadores, de 30 a 40 mil pessoas participaram do ato.

2006-2007

As eleições de 2006 e o fortalecimento do PCdoB

As eleições de 2006 que reelegeram LULA e garantiram a continuidade do projeto mudancista no Brasil, o PCdoB elegeu 13 deputados federais, em onze Estados, somando acima de dois milhões de votos e garantindo mais de 2% da votação em 9 Estados.

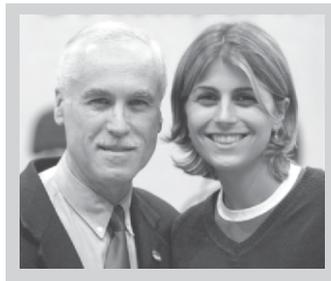
Para o Senado, obteve 6,4 milhões de votos (7,5%), sendo o quinto partido mais votado, atrás apenas do PT, PSDB, PMDB e PFL, e elegeu o Senador Inácio Arruda, pelo Ceará. Nos Estados, o PCdoB elegeu 12 deputados estaduais, em nove Estados, tendo aumentado sua votação em 29%. Somadas suas votações ao Senado, Câmara e Assembleias, o PCdoB somou 10 milhões de votos.

No Rio Grande Sul, o PCdoB elegeu Manuela D'Ávila a deputada federal mais votada de todo o país com mais de 270 mil votos e elegeu

Raul Carrion à Assembléia Legislativa, com quase 42 mil votos. Seus sete candidatos à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul obtiveram quase 100 mil votos.

Hoje, o PCdoB é um partido que já acumula importante experiência institucional, estando presente no Governo da União, em diversos governos estaduais e em inúmeras prefeituras.

Implantado em todas as unidades da federação e em mais de 1.000 municípios, com mais de 200 mil filiados e cerca de 70 mil militantes, o PCdoB é um partido em franca expansão. Não é um partido meramente eleitoral, atuando fortemente nos movimentos sociais. Através da União da Juventude Socialista (UJS), dirige há anos a UNE e a UBES. É a principal força à frente da



Nas eleições de 2006, o PCdoB do RS elegeu Raul Carrion Deputado Estadual, com 41.549 votos e Manuela D'Ávila Deputada Federal, com 271.939 votos, tendo sido a deputada mais votada do país.

Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM e participou da direção da CONTAG).

Em 2007, junto com outras forças políticas, formou a Central de Trabalhadores(as) do Brasil (CTB). Atua com vigor na luta dos sem-terra. Através da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), desenvolve a luta contra todo tipo de discriminação de gênero e raça.

2006-2007

O PCdoB consolida seu sistema de imprensa partidária

A imprensa partidária inclui A CLASSE OPERÁRIA o mais antigo jornal operário em circulação no país, que completou 83 anos de existência neste 1º de maio, a revista teórica PRINCÍPIOS em circulação desde março de 1981, a revista DEBATE SINDICAL cujo número inaugural ocorreu em maio de 1986 e a revista PRESENÇA DA MULHER, cujo primeiro exemplar surgiu em julho de 1986.

Presente na luta de idéias em todos os terrenos, o PCdoB mantém na internet o PORTAL VERMELHO (www.vermelho.org.br), que de diário passou a online, um dos mais visitados na área política, tendo ganho em 2003 o prêmio

IBEST Top 3, em 2004 o 1º Lugar e em 2005 o Top 10.

Através de sua EDITORA ANITA GARIBALDI (www.anita.garibaldi.com.br), o PCdoB publica obras marxistas, documentos partidários e livros sobre os mais variados assuntos da atualidade. O INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS (IMG), que em breve será transformado na FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS, é sua instituição de pesquisa teórica, debate e estudo. Por fim, a ESCOLA NACIONAL DO PCdoB forma a cada ano milhares de quadros e militantes, capacitando-os para a luta por um Brasil cada vez mais democrático, soberano, justo e, um dia, socialista!

Revista Princípios completou 25 anos de publicação ininterrupta em 2007.



Portal Vermelho venceu o Prêmio IBEST em 2003 e 2008.



2007

Homenagem na Assembléia Legislativa do RS

Em 25 de março de 1922, em Niterói (RJ), reuniram-se nove comunistas de todo o Brasil para fundar o Partido Comunista do Brasil. Ao completar seus 85 anos, o PCdoB recebeu homenagem na Assembléia Legislativa do RS, por iniciativa do deputado Raul Carrion.

Participaram da mesa do ato, acompanhados por quase uma centena de militantes, o presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul e membro da direção nacional do partido, Adalberto Luiz Frasson, a superintendente do Grupo Hospitalar Conceição e ex-deputada Jussara Cony, o desembargador Danúbio Edon Franco, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, e o vereador de Porto Alegre Carlos Todeschini, representando a presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre, e o Presidente da ALERGS, deputado Frederico Antunes.



Carrion lembrou, durante o Grande Expediente, a trajetória de lutas do partido mais antigo do País. “Menos de três meses após a sua fundação, o partido foi posto na ilegalidade e iniciaram-se as perseguições contra aqueles que lutavam por um Brasil Soberano, Democrático, mais Justo e Socialista”.

O parlamentar salientou a história coerente dos comunistas no Brasil: “num País em que os partidos surgem e desaparecem da noite para o dia, a existência do Partido Comunista do Brasil durante 85 anos é digna de nota.

Deputados gaúchos entregam placa comemorativa aos 85 anos do PCdoB ao Presidente Estadual do Partido, Adalberto Frasson, a ex-Deputada Jussara Cony, além do Deputado Raul Carrion.

Ainda mais se considerarmos que desses 85 anos, a maior parte do tempo, 61 anos, viveu na ilegalidade e perseguido; seus militantes eram presos, exilados e alguns foram mor-

2008

Nas eleições municipais, PCdoB aumenta sua representação no país e no RS

As eleições de 2008 marcam um salto de qualidade na participação do PCdoB em pleitos municipais. O Partido elegeu 608 vereadores no país (2.107.000 votos e aumento de 122% no número de vereadores) e 40 prefeitos (1.728.000 votos e quatro vezes mais prefeitos). Entre os destaques estão a reeleição, no 1º turno, de Edvaldo Nogueira para a prefeitura de Aracaju (51,7%); a continuidade do PCdoB à frente da prefeitura de Olinda (pela terceira vez), fazendo 56% dos votos já no 1º turno; os 44% obtidos por Flávio Dino, no 2º turno, em São Luís; e os resultados promissores das candidaturas do PCdoB em Porto Alegre (15,4%), Florianópolis (12,5%), Rio de Janeiro (9,8%), Belo Horizonte (8,8%) e Porto Velho (8,5%), entre as capitais.

No Rio Grande do Sul, o PCdoB participou da disputa majoritária com candidaturas em Porto Ale-

gre, Ijuí, Estância Velha e Esteio, obtendo 143.461 votos. Participou de 43 coligações vitoriosas e elegeu a vice-prefeita de Santa Rosa.

O Partido também obteve importantes avanços nas eleições para vereador, conquistando 123.017 votos e ampliando sua bancada em 120%. O PCdoB elegeu em municípios importantes como Caxias, Novo Hamburgo, Rio Grande, Passo Fundo, Ijuí, Cruz Alta e Campo Bom, totalizando 22 vereadores, em 20 municípios. Em Porto Alegre, cresceu 70%, fazendo 40.730 votos, mas perdeu a representação na Câmara, elegendo os cinco primeiros suplentes.

Por tudo isso, o PCdoB saiu dessas eleições fortalecido, muito mais conhecido e respeitado.



*Em Porto Alegre, na primeira vez que o PCdoB lançou candidato a prefeito, disputando com o prefeito (José Fogaça, do PMDB) e com o próprio PT, que governou a cidade durante 16 anos, **Manuela D'Ávila** conseguiu 15,3% dos votos, a terceira colocação.*

Em Caxias do Sul, com 3,52% dos votos válidos para a câmara Municipal, ou 8.839 votos, o operário metalúrgico



***Assis Flávio da Silva Melo**, 46 anos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos obteve a maior votação para vereador da história da cidade.*

2009

PCdoB reafirma rumo socialista para o País

Realizado entre os dias 5 e 8 de novembro, no Parque Anhembi, em São Paulo, o 12º Congresso foi o maior da história do PCdoB, que hoje já ultrapassou os 200 mil filiados. Participaram dos debates congressuais em torno de 105 mil militantes, estruturados em mais de 1700 municípios de todo o Brasil. Estiveram presentes no congresso cerca de mil delegados, dos quais um terço eram mulheres, uma marca imbatível na história dos partidos brasileiros.

O congresso elegeu um novo Comitê Central com 105 membros, dos quais 4 do Rio Grande do Sul - Adalberto Frasson, Manuela D'Ávila, Assis Melo e Abgai Pereira.

Presentes no ato político o presidente Lula, que suspendeu uma viagem para estar no congresso; a Ministra Dilma Rousseff; os ministros Tarso Genro, Luiz Dulci, Orlando Silva, Edson Santos e Paulo Van-

nuchi; o governador Sérgio Cabral; o MST, a CTB, a CUT, a CONAM, a UNE, a UBES, a UJS, a UBM, a UNEGRO. Houve, ainda, a participação de 49 delegações internacionais de partidos irmãos de 32 países.

O 12º Congresso aprovou um novo Programa Socialista para o Brasil, além de algumas alterações estatutárias e uma política de quadros para a contemporaneidade.

Os participantes do Congresso saíram convencidos do fortalecimento do PCdoB, que se afirma no palco político brasileiro como uma força ampla, sem deixar de ser revolucionária, capaz de dialogar com todos que querem construir um Brasil soberano, democrático e mais justo.



No processo final do 12º Congresso do PCdoB, o Comitê Central (CC) do partido, recém-eleito em votação secreta e eletrônica, fez uma breve reunião para reeleger Renato Rabelo presidente do partido, elegeu Luciana Santos vice-presidente, além dos 26 nomes da Comissão Política.

2010

Vitórias eleitorais embalam o crescimento do PCdoB

O PCdoB saiu dessas eleições fortalecido, tanto em nosso Estado quanto no Brasil. Dobrou sua votação para a Câmara dos Deputados, elegendo Manuela D'Ávila com 483 mil votos – a deputada federal mais votada de toda a história do Rio Grande do Sul – e Assis Melo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Aumentou em 60% sua votação para a Assembleia Legislativa – reelegendo Raul Carrion e conquistando a primeira suplência para a primeira suplência para Assis Melo. Para o Senado, a comunista Abigail Pereira teve mais de um milhão e meio de votos, contribuindo decisivamente para a eleição do Senador Paulo Paim. Somando os votos para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, os candidatos do PCdoB obtiveram 2,2 milhões de votos no Rio Grande do Sul.

No novo governo, o PCdoB contribui com a direção de duas secretarias

– Turismo, com Abigail Pereira, e Meio-Ambiente, com Jussara Cony –, além de outros quadros partidários que ocuparão diversas funções no governo.

No Brasil, o PCdoB – que desde o início dedicou-se por inteiro à vitória de Dilma – ampliou suas votações e suas bancadas nas assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados, e elegeu a Senadora Vanessa Grazziottin. Com apenas oito candidatos –, o PCdoB foi o quarto partido mais votado para o Senado –, atrás apenas do PT, do PMDB e do PSDB. Contabilizando os votos de todos seus candidatos, o PCdoB aproximou-se de 18 milhões de votos no país, afirmando-se como uma importante força no cenário político.



O PCdiB jogou papel fundamental na formação da “Unidade Popular pelo Rio Grande”, que evitou o isolamento do Partido dos Trabalhadores, e foi decisivo para a vitória de Tarso Genro no 1º turno, com 54% dos votos.



Os deputados federais do PCdoB-RS Manuela d'Ávila e Assis Melo estão na lista dos parlamentares mais influentes do Congresso divulgado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). De 513 parlamentares e 81 senadores, apenas 130 figuram na lista.

Os deputados federais do PCdoB-RS Manuela d'Ávila e Assis Melo estão na lista dos parlamentares mais influentes do Congresso divulgado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). De 513 parlamentares e 81 senadores, apenas 130 figuram na lista.

2011

Conferências preparam o partido para o embate de 2012

Em 2011, o PCdoB do Rio Grande do Sul realizou sua Conferência Estadual, com pleno êxito. Foram mais de 700 delegados eleitos nas conferências dos 142 municípios onde o PCdoB atua. Para presidente estadual foi eleito o deputado Raul Carrion e para presidir o PCdoB de Porto Alegre, Adalberto Frasson.

O processo das conferências foi um importante momento de mobilização partidária para o embate eleitoral de 2012, que, com certeza, levará o PCdoB a um novo e inédito ciclo de crescimento.

Em Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Rio Grande, Bagé, Ijuí, Cruz Alta, Santa Rosa, Canoas, Novo Hamburgo, entre outros, o Partido

crece e participa ativamente do processo político, tendo efetivo protagonismo eleitoral. O PCdoB de Porto Alegre dobrou o seu tamanho, totalizando mais de 5 mil filiados.

Crescimento que atesta a determinação do PCdoB em ser protagonista nas eleições para a prefeitura da capital, em 2012. Da mesma forma, em todo Brasil, o PCdoB prepara-se para participar com candidaturas competitivas nas eleições de diversas capitais, como São Paulo, Florianópolis, Fortaleza, Salvador, São Luiz, Goiânia e Rio Branco.



Em seu discurso, a deputada Manuela D'Ávila destacou que o PCdoB é um partido das ideias inovadoras, “porque não há nada mais transformador do que a ideia de resgatar em Porto Alegre que não é justo uma cidade ser dividida em duas, que não é justo uma cidade com tanto potencial, com tanta gente capaz de construir soluções para os problemas e tanta gente ainda vivendo em condições precárias nas nossas comunidades, que enfrentam todo o tipo de desigualdade social”.

2012

O Partido Comunista do Brasil completa 90 anos

No dia 25 de março de 2012, o Partido Comunista do Brasil completou 89 anos de fundação e de atuação ininterrupta na história do país, acontecimento magno para a luta dos trabalhadores e para a democracia brasileira.

Filho das lutas dos trabalhadores, o PCdoB nasceu empunhando a bandeira do socialismo, a qual soube irmanar com as jornadas pelos direitos do povo e pelo desenvolvimento soberano e democrático do Brasil. O conteúdo dessa sua trajetória é que explica sua longevidade e seu contínuo rejuvenescimento. É o que o torna um partido cada vez mais jovem, sendo o mais antigo.

Ao encaminhar-se para os seus 90 anos, o PCdoB é uma legenda que se expande, alargando sua presença nas mais variadas esferas da luta política, social e de ideias. Organizado nas 27 unidades federativas do país,

se aproxima da marca dos 300 mil filiados e aumenta suas bases militantes entre os trabalhadores, a juventude e as mulheres. Valoriza suas relações com a intelectualidade progressista e com o mundo da ciência e da cultura. Empenha-se em enriquecer o marxismo-leninismo, através do qual busca conhecer e melhor interpretar a realidade brasileira e mundial.

Longo e difícil foi o caminho que percorreu até aqui. Enfrentou governos retrógrados e ditaduras que proliferaram durante o período republicano. Toda vez que a democracia foi golpeada, o PCdoB – com ela comprometido – foi o primeiro a ser atingido. Ostentando em sua bandeira os símbolos do trabalho, autêntica representação política dos trabalhadores, carne e unha com suas lutas e organizações, sempre foi perseguido pelas classes dominantes.



2012

Ao completar seus 90 anos, o PCdoB luta pelo êxito do governo Dilma dando continuidade ao ciclo de mudanças iniciado por Lula em 2003. Defende um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, com distribuição de renda e valorização do trabalho, caminho para a construção de uma nação democrática, soberana e mais justa, aproximando a conquista do socialismo.

Muitos foram os avanços nos últimos

anos e nos orgulhamos de fazer parte dessas conquistas.

Mas muito ainda é preciso fazer para que conquistemos o futuro de bem estar que almejamos.

O PCdoB, ao comemorar 50 anos de sua reorganização e 90 anos de sua fundação, inclina suas bandeiras de luta em homenagem aos milhares que tomaram nessa caminhada e reafirma seus compromissos de luta por um outro mundo possível.

Saiba mais sobre o PCdoB na internet:



Raul Carrion - Uma trajetória de lutas

Raul Carrion é deputado estadual e líder do PCdoB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, historiador graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado pela FAPA (Faculdades Porto-Alegrenses). No curso de história, seu trabalho versou sobre “O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul - 1922-1929”, temática que estuda há alguns anos. Também integra a Comissão Nacional de História do PCdoB.

Dirigente estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul desde 1970, Carrion alia a pesquisa histórica à vivência prática na militância partidária durante quase 40 anos.

Em consequência de sua luta, foi preso em 1971 e barbaramente torturado. Libertado e

perseguido, foi forçado ao exílio no Chile e na Argentina, onde organizou o trabalho entre os exilados.

Em 1976, retornou clandestinamente ao Brasil, trabalhando em Santos, São Paulo e Goiás. Com a queda da Lapa e o assassinato, sob torturas, de João Baptista Drummond, que era o seu contato em Goiás, perdeu a ligação com o partido. Em 1977, viajou clandestinamente à Argentina para restabelecer o contato com o Comitê Central. Após, viajou para Porto Alegre para restabelecer a ligação do PCdoB no Rio Grande do Sul com o Comitê Central, retornando em seguida para Goiás. Somente com a anistia, em fins de 1979, retornou definitivamente a Porto Alegre.



Exilado no Chile, onde conhece a futura esposa Elvira.



1978: na clandestinidade, em Goiás, encontro com Cora Coralina.



Com João Amazonas, já em Porto Alegre após a anistia de 1979.

Atualmente, Carrion é Presidente do PCdoB Rio Grande do Sul. Funcionado concursado do Ministério Público Estadual, Carrion preside pela terceira vez o Conselho Deliberativo do Movimento dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul.

Foi fundador e coordenador do Centro de Estudos Marxistas (CEM-RS) e do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul (CEDESP-RS). Integra o Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz (CEBRAPAZ) e foi o primeiro presidente do Instituto Maurício Grabois no Rio Grande do Sul.

É co-autor e organizador dos livros "Luz e Sombras"; "OS Fios de Ariadne": "Os Trabalhos e os Dias"; "As Portas de Tebas"; "Globalização, Neoliberalismo, Privatizações": "Século

XXI: Barbárie ou Solidariedade"; A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio"; "A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul". Publicou diversos ensaios sobre a história rio-grandense, como "Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha" e "Revolução Farroupilha - mais longa revolta republicana enfrentada pelo Império Centralizador Escravocrata."

Lutador histórico da Reforma Urbana, Carrion participa dos Conselhos Nacional e Estadual das Cidades, desde sua criação e preside pela segunda vez a Secretaria Especial das Cidades da União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE).

Em visita ao Jardim Castelo. A luta pela reforma urbana é um dos destaques do mandato popular de Raul Carrion na Assembléia.



Com os petroleiros da REFAP na luta contra a privatização da Petrobrás, durante o governo FHC.



Com os comerciários de Porto Alegre na luta contra o trabalho aos domingos.



Durante sessão da CPI do DETRAN na atual legislatura da Assembléia do RS.



2012

Assembleia Legislativa presta homenagem aos 90 anos do PCdoB

O deputado Raul Carrion, ocupou o período do Grande Expediente da sessão plenária de 28 de março de 2012, para realizar uma homenagem aos 90 anos do PCdoB, completados no dia 25 de março. Conforme o deputado, o partido projetou três núcleos dirigentes principais. O primeiro, dos fundadores, do qual fez parte Abílio de Nequete, teve Astrogildo Pereira como principal figura. O segundo, formado a partir da reorganização do Partido em 1943, teve em Luiz Carlos Prestes sua principal referência. O terceiro, constituído a partir da reorganização de 1962, teve como principal ideólogo e organizador João Amazonas. “Hoje vivemos uma quarta geração de dirigentes comunistas, que buscam dar continuidade, renovando os caminhos dos que os precederam. Nossa compreensão é de que esses 90 anos são uma construção de todas essas gerações de comunistas”, afir-

mou o deputado, que preside a sigla no RS. A sessão teve sequência com a entrega da Medalha do Mérito Farroupilha, maior honraria concedida pela Assembleia Legislativa do RS, ao presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo. Na ocasião, também foi entregue uma placa pelo Parlamento gaúcho em homenagem aos 90 anos do partido.

Os 90 anos do PCdoB também foram tema de debate promovido no auditório Dante Barone. O encontro contou com as presenças do presidente nacional da sigla, Renato Rabelo, do governador Tarso Genro, do presidente estadual do PCdoB, deputado Raul Carrion, a deputada federal Manuela D’Ávila, do ex-deputado federal e presidente do PMDB-RS, Ibsen Pinheiro, do ex-governador e presidente de honra do PT, Olívio Dutra, e do secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Beto Albuquerque.

Comunistas recebem medalha da 53ª Legislatura da ALERS



A distinção foi entregue a Abílio Nequete (recebida por sua neta Eunice de Nequete), Dyonélio Machado, Lila Ripoll, Bruno Segalla, João Carlos Haas, Cel. Pedro Alvarez, Venina Freitas, José Freitas, Lúcia Stumpf, Juliano Roso, Lauro Hagemann, Danúbio Gonçalves, João Derly, Sandra Padilha, Bruna Rodrigues e Déo Gomes.



Déo Gomes falou em nome dos homenageados.